



Livro Verde das Pescas: Relatório Patrão Neves aprovado no PE

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Eurodeputada do PSD, Maria do Céu Patrão Neves, sobre o Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pescas, por 456 votos a favor (87 %), 50 contra e 65 abstenções.

PÁG.02

EDITORIAL CARLOS COELHO

EUROSOLIDÁRIOS ?

A polémica sobre a situação da **Grécia** não foi "grega". Foi um debate sobre como a **Zona Euro** deve reagir em tempos de dificuldades e de crises financeiras.

Ao contrário do que alguns sugeriram não estava em causa a transferência de recursos orçamentais. Não se tratava de cobrir o défice do Orçamento grego com os impostos dos contribuintes alemães ou franceses.

O que estava em causa era saber se há algum **mecanismo solidário** que tornasse possível ao Estado grego **recorrer ao crédito internacional** em condições mais próximas da média da Zona Euro. No mandato anterior, José Silva Peneda chegou a defender os **Eurobonds** com razões muito próximas daquelas que agora vivemos.

A Comissão **Barroso** bateu-se por uma **solução europeia** e é de justiça reconhecê-lo. Mas alguns Estados, com a Alemanha à cabeça, sacudiram para o FMI a responsabilidade de resolver o problema.

A Chanceler **Merkel** ameaçou mesmo com a saída da Zona Euro dos Estados em dificuldades financeiras.

Portugal que se cuide...

Espaço Schengen: Carlos Coelho garante o reforço da liberdade de circulação

PÁG.05

Nuno Teixeira propõe texto da Resolução do PE sobre a Madeira

PÁG.16



José Manuel Fernandes quer mais segurança para Pescadores

PÁG.15

Livro Verde das Pescas: Relatório Patrão Neves aprovado no PE

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Eurodeputada do PSD, **Maria do Céu Patrão Neves**, sobre o Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pescas, por 456 votos a favor (87%), 50 contra e 65 abstenções.

As dimensões social, ambiental e económica da política de pesca, novos mecanismos de gestão, complementares do sistema de quotas, a criação de programas comunitários específicos de apoio à pesca costeira e artesanal, a aposta na aquicultura e o aumento dos recursos financeiros para 2014-2020 são algumas das prioridades desta posição do Parlamento Europeu.

Maria do Céu Patrão Neves defende que *“toda e qualquer política de pesca deverá ter em conta uma multiplicidade de dimensões – social, ambiental, económica – que exigem uma abordagem integrada e equilibrada, incompatível com uma visão parcelar que as hierarquize.”*

Este Relatório defende um sistema de gestão para o sector das pescas *“que rompa com a tradicional abordagem vertical”* (top-down), apostando antes no princípio da regionalização e da subsidiariedade (descentralização horizontal) no pleno respeito pelo Tratado de Lisboa. “A



avaliação do princípio da estabilidade relativa, e a sua eventual flexibilização, bem como a participação dos profissionais do sector e de outras partes interessadas no desenvolvimento sustentado da PCP são pontos fundamentais que deverão ser assegurados” afirma **Patrão Neves**.


A Deputada do PSD pede à Comissão Europeia que crie *“programas específicos de apoio à pequena pesca artesanal e ao sector da transformação”*, actividades que são, de um modo geral, desenvolvidas por pequenas e médias unidades de exploração, a fim de ajudar estes sectores a superar as suas tradicionais

dificuldades estruturais.

Patrão Neves considera ainda fundamental que a UE adopte uma estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentado da aquicultura, por forma a que este segmento da indústria alimentar possa suprir as necessidades internas de pescado de qualidade (a UE importa cerca de 60% do pescado que consome).

Neste relatório pede-se também à Comissão que elabore um *“modelo distinto, claramente definido, liberal, desburocratizado e simplificado para gerir a pequena pesca costeira.”*


No final da votação, **Patrão Neves** considerou que *“foi feito um bom trabalho, com a participação próxima de todos os Deputados envolvidos neste processo, tendo existido um bom espírito de grupo.”*

Para a Eurodeputada do PSD, *“a forma aberta e transparente com que decorreram todas as sessões de trabalho para a preparação deste relatório, foi condição fundamental para que se chegasse ao que considero ser um bom relatório que serve o interesse da pesca e dos pescadores comunitários, salvaguardando também as condições para a sustentabilidade e desenvolvimento do sector em Portugal.”* 

O que Patrão Neves defende

- Garantir a protecção e conservação dos recursos pesqueiros, assente em modelos de gestão mais consentâneos com as necessidades específicas das diferentes pescarias praticadas na UE.
- Sustentado digno para os profissionais da pesca, apostando numa maior valorização do sistema de primeira venda do pescado e valorização social da profissão.
- Rentabilidade económica das pescarias que permitam uma maior rentabilidade dos investimentos efectuados.
- Descentralizar e desburocratizar a PCP que se tem revelado uma máquina demasiado pesada ao longo das últimas décadas.
- Separar a frota artesanal e a frota industrial, garantido uma abordagem diferenciada para estes dois vectores.
- Uma gestão mais regionalizada da PCP, devidamente enquadrada nos princípios consagrados nos Tratados da União (porque os problemas de um segmento da pesca numa região do



mediterrâneo não serão certamente os problemas da pesca numa região ultraperiférica de Portugal). 

PSD apoia Resolução contra o tráfico de seres humanos




Carlos Coelho, em Estrasburgo, apoiou a Resolução do Parlamento Europeu sobre o tráfico de seres humanos recordando que **“esta forma moderna de escravatura tem vindo a crescer assustadoramente nos últimos anos, tornando-se na terceira actividade mais lucrativa para o crime organizado. Em 2009, a ONU estimou a existência de 270.000 vítimas e a Europol não registou uma diminuição do tráfico de mulheres para exploração sexual, constatando um aumento para efeitos de trabalho forçado. É inaceitável e não pode ser facilitado pelo facto de existirem lacunas legislativas”**.

O Deputado português considerou que **“urge uma resposta rápida, global e coordenada quer no plano legislativo, quer operacional” e após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa,**

*exortou a Comissão Europeia a “reapresentar uma nova proposta o mais rapidamente possível, consagrando como uma das suas grandes prioridades a criação de uma política europeia coerente, que permita **combater de forma eficaz o tráfico de seres humanos em todas as suas vertentes, desde as questões relacionadas com os países de origem, de trânsito e destino, aos recrutadores, transportadores, exploradores e outros intermediários, bem como clientes e beneficiários.**”*

Carlos Coelho defendeu, ainda que **“deverá ser assegurada, em paralelo, uma **protecção adequada às vítimas e testemunhas, que as possa proteger através de uma assistência imediata. Deverá, igualmente, ser feito um esforço para tirar partido da acção de instrumentos que, infelizmente, continuam a ser subutiliza-****

dos neste domínio como é o caso da Europol, Eurojust e Frontex.”

A Resolução aprovada pelo PE, defende entre outros pontos, a criação sob a supervisão da Comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, o cargo de **Coordenador da luta contra o tráfico da UE**, encarregado de coordenar a acção e as políticas da UE neste domínio, incluindo as actividades da Rede de Relatores Nacionais. O Coordenador da luta contra o tráfico da UE deve prestar contas tanto ao Parlamento Europeu como ao Comité Permanente para a cooperação operacional em matéria de segurança interna (COSI) e exorta os Estados-Membros que ainda o não fizeram a ratificar e aplicar a Convenção de 2005 do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. 

Uma nova PCP

Em *europês*, **PCP** não é um partido político. Significa **Política Comum de Pesca**. A PCP, depois de um nascimento atribulado e de ter dado os primeiros passos no início da década de oitenta, sofreu o seu primeiro grande processo de avaliação e revisão em 2002.

Tentou-se, desde então, criar condições para que o sector de pesca pudesse **crescer de forma sustentada**, garantindo um **justo equilíbrio** entre a preservação dos recursos biológicos e do meio ambiente, e a viabilidade económica do sector.

Dez anos volvidos, o desafio continua actual, agravado pelo facto de **existir menos peixe e menos barcos**. Com a aprovação do Tratado de Lisboa, a 1 de Dezembro de 2009, o Parlamento Europeu ganhou novas responsabilida-

des, partilhando agora, no que às matérias das pescas diz respeito, o poder decisório com o Conselho. Pela primeira vez na história da PCP, o Parlamento vai poder intervir de forma directa e efectiva na condução da política pesqueira, o que reforça a **importância estratégica** do Relatório Patrão Neves sobre o **Livro Verde para Reforma da Política Comum de Pesca**.

Portugal, **país da UE com maior ZEE e maior consumo de pescado per capita da Europa**, é incontornavelmente um dos Estados-Membros mais interessados na revitalização de um sector de elevado peso económico, social e cultural, **muito esquecido nos últimos tempos pelos governos nacionais**. Tendo visto a sua frota reduzida em cerca de 40% desde a sua adesão à então CEE, Portugal deverá aproveitar ao máximo esta refor-

ma que no curto prazo deverá ser aplicada.

Para isso, a pesca em Portugal deverá ser, juntamente com outras questões marítimas, assumida como uma prioridade estratégica. Para isso, é importante deixar de lado os complexos que assombram a história recente do sector, e de uma vez por todas assumir esta actividade económica como um negócio que terá forçosamente que ser rentável para poder subsistir.

Por isso, e revelando **compreensível cepticismo face ao governo socialista**, a Deputada Patrão Neves sublinha que **“a nova PCP, sem o acompanhamento político devido e enquadramento prático dos instrumentos que coloca à disposição dos Estados Membros, não será suficiente para alavancar um sector fortemente debilitado”**. 



Maria da Graça Carvalho apela a União Europeia

a investir no desenvolvimento de tecnologias limpas

Na sua intervenção, a Deputada declarou que *"É fundamental apostar numa mudança radical na sociedade baseada na sustentabilidade das cidades, na produção de energia descentralizada e na competitividade da indústria. Trata-se de uma política essencial para uma sociedade próspera e sustentável, preparada para os desafios das alterações climáticas, segurança do abastecimento da energia e da globalização, com liderança mundial no domínio das tecnologias limpas."*

Por este motivo, Maria da Graça Carvalho afirmou que **é preciso aumentar o finan-**



ciamento público na investigação científica na área das tecnologias limpas" e que as próximas perspectivas financeiras da UE e o 8º Programa Quadro de Investigação e

Desenvolvimento Tecnológico **"deverão ter como prioridades a segurança energética, a luta contra as alterações climáticas e o ambiente"**.

A Deputada manifestou também a necessidade da Europa de criar condições para favorecer o investimento privado na investigação científica, no desenvolvimento tecnológico e demonstração na área da energia e conclui dizendo que *"é urgente passar das palavras aos actos. Só assim será possível manter a competitividade na nossa indústria, promover o crescimento económico e a criação de emprego"*.



Luta contra pobreza e exclusão social

Carlos Coelho promove Seminário com Escuteiros e Guias

Os Deputados **Carlos Coelho** (PSD, Portugal) e Marian Harkin (liberal, irlandesa) promoveram um Seminário de escuteiros e guias e os seus contributos para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

No Seminário organizado em conjunto com o Gabinete europeu da federação Mundial de Escuteiros foram analisados projectos organizados por escuteiros e guias em diversos países africanos com destaque para o Quênia, na Eslováquia e noutros países europeus.

Na Abertura do Seminário, o Deputado Carlos Coelho lembrou que o Conselho Europeu, reunido em Lisboa em 23 e 24 de Março de 2000, reconheceu que **"a pobreza e a exclusão social tinham atingido níveis inaceitáveis."** A construção de uma União Europeia mais inclusiva foi, então, considerado um elemento primordial para alcançar o **"objectivo estratégico de 10 anos da União de crescimento económico, mais e melhores empregos e maior coesão social."**

Dez anos após os Chefes de Estado e de Governo terem tornado o combate à pobreza e à exclusão social um dos compromissos-chave da União Europeia, o ano de 2010 ficará marcado como o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Segundo Carlos Coelho, durante este ano a União Europeia deverá **"centrar todas as questões políticas à volta de uma questão crucial, que é a da pobreza na Europa, especialmente tendo em conta o impacto que a actual crise económica está a ter no aumento do desemprego e numa aceleração desenfreada do empobrecimento e exclusão social de pessoas por toda a Europa."**

De seguida, o Deputado do PSD deu as boas vindas a todos os participantes e declarou aberto este seminário organizado pelos **Escuteiros e Guias**. No âmbito do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, é importante reflectir não apenas sobre o que tem sido feito, mas igualmente o que **"poderemos vir a fazer de forma a lutar contra a pobreza e a**

exclusão social. Durante este seminário, vamos discutir a experiência, projectos de voluntariado e todos os contributos que estas organizações da Sociedade civil têm vindo a dar, bem como o seu importante papel na luta contra estes flagelos" afirmou o Deputado do PSD.

Carlos Coelho lembrou ainda que a solidariedade é um dos **"princípios orientadores da União Europeia, o que em termos práticos significa que todos os cidadãos deveriam poder tirar proveito dos benefícios, em alturas de prosperidade, ao mesmo tempo que em alturas de dificuldades deverá existir uma partilha dos encargos. Isto faz ainda mais sentido se considerarmos que quase 80 milhões de cidadãos europeus (o equivalente a 16% da população da UE) vivem abaixo do limiar de pobreza, dos quais 19 milhões são crianças (o equivalente a quase 2 em cada 10 crianças), e muitos outros enfrentam sérios obstáculos em termos de acesso ao emprego, a educação, habitação e serviços sociais e financeiros. Isto é inaceitável e temos que fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar a resolver o drama em que estas pessoas vivem"**.

Espaço Schengen: Carlos Coelho defende o reforço da liberdade de circulação

Cerca de um milhão de cidadãos que estavam “presos” nos países que emitiram o visto passarão a poder circular no espaço Schengen durante 3 meses em cada semestre, ao mesmo tempo que se reforçam as condições de segurança.

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria o Relatório do eurodeputado social-democrata Carlos Coelho sobre a proposta de Regulamento que altera a Convenção da Aplicação do Acordo de Schengen e o regulamento que se refere à circulação de pessoas titulares de um visto de longa duração (CE 562/2006).

Cerca de um milhão de cidadãos que estavam “presos” nos países que emitiram o visto passarão a poder circular no espaço Schengen durante 3 meses em cada semestre, ao mesmo tempo que se reforçam as condições de segurança.

Com este Relatório pretende-se corrigir a situação absurda de discriminação em que se encontravam as pessoas detentoras de vistos de longa duração face às portadoras de vistos de curta duração. “Falamos de situações como a de um estudante que obtém um visto para vir tirar um curso na Bélgica (não estando abrangido no âmbito da Directiva nº 2004/114/CE). Ele não pode ir à Holanda recolher informação numa biblioteca especializada para poder escrever a sua tese, nem aproveitar um fim-de-semana para ir conhecer Barcelona, porque está “preso” no país que emitiu o visto”, explica Carlos Coelho.

A Convenção de Schengen prevê que os titulares de um visto de longa duração podem apenas residir no território do Estado-Membro que emitiu o visto. Não podem viajar para outros Estados-Membros, nem transitar pelos outros Estados-Membros em regresso ao seu país de origem.

Para Carlos Coelho “**Schengen significa livre circulação.** Qualquer pessoa que resida legalmente num Estado-Membro deve poder circular livremente nesse espaço, onde não existem fronteiras internas.”

Carlos Coelho recordou que transitoriamente, os Estados-Membros tornearam esta situação emitindo os vistos D+C, “permitindo aos titula-

res de um visto de longa duração circular livremente no espaço Schengen durante os primeiros três meses do período de validade desse visto. **Estes vistos serão abolidos, a partir de Abril de 2010, com a entrada em vigor do Código Comunitário de Vistos, o que torna ainda mais urgente encontrar uma solução para este problema.**

As alterações que propus e que tiveram o apoio da maioria dos Membros da Comissão LIBE, contribuem para a resolução deste problema **sem diminuir o nível de segurança do espaço Schengen.**

A obrigação de consultar o SIS aquando do tratamento dos pedidos de vistos de longa duração é um procedimento idêntico ao que já existe para os nacionais de países terceiros detentores de autorizações de residência. Assim, respondemos aos receios do aumento da insegurança.”

Carlos Coelho felicitou a Comissão Europeia pela iniciativa e o Conselho por ter aceite o acordo em primeira leitura, “permitindo assim que este Regulamento possa ser adoptado antes da entrada em vigor do Código de Vistos”. Para evitar um vazio legal é essencial que este regulamento entre em vigor até 5 de Abril de 2010.

Durante o debate Carlos Coelho criticou os diversos Estados-Membros que têm emitido vistos de longa duração e posteriormente títulos de residência a nacionais de países terceiros sem procederem a uma prévia consulta do SIS (nomeadamente as indicações do artigo 96 - para efeitos de recusa de admissão).


Esta prática, afirmou, “acaba por pôr em causa não só a salvaguarda da segurança no interior do espaço Schengen, mas cria igualmente inúmeros problemas nas fronteiras externas, quan-

do pessoas com um visto válido estão sinalizadas no SIS. Isso cria situações complicadas e desnecessárias não só para as pessoas em questão, mas também para os guardas das fronteiras que terão que proceder a uma longa averiguação no sentido de tentar descobrir se os vistos são falsificados, ou se a indicação no SIS está incorrecta e deveria ser eliminada, ou se esses vistos nunca deveriam ter sido emitidos.”

No que se refere à protecção de dados, o Deputado português reconhece a necessidade de reforçar o nível de protecção de dados existente no âmbito da Convenção de Schengen. Ficou acordado que caso o nível mais elevado de protecção de dados previsto no âmbito do SIS II, não começar a ser aplicado até 2012 (devido aos atrasos no SIS II), a Comissão Europeia deverá apresentar as iniciativas que se afigurem necessárias para proceder à alteração das respectivas regras da Convenção de Schengen, de forma a garantir um nível mais elevado de protecção de dados.”

A medida agora aprovada irá permitir que os detentores de vistos de longa duração possam circular livremente durante um período de 3

“Com esta medida resolvemos um problema delicado a milhares de cidadãos de países terceiros e fazemo-lo bem: reforçando a liberdade e a segurança.”

meses em cada 6 meses (equiparando o seu regime ao dos detentores de autorizações de residência), ao mesmo tempo que vincula os Estados-Membros à obrigação de emitirem autorizações de residência no caso de terem autorizado a estadia por mais de um ano (um ano passa a ser o novo limite legal para os vistos de longa duração). Carlos Coelho concluiu dizendo “**Com esta medida resolvemos um problema delicado a milhares de cidadãos de países terceiros e fazemo-lo bem: reforçando a liberdade e a segurança.**” 



Maria do Céu Patrão Neves apresenta no PE parecer sobre Catástrofes Naturais e provocadas pelo homem

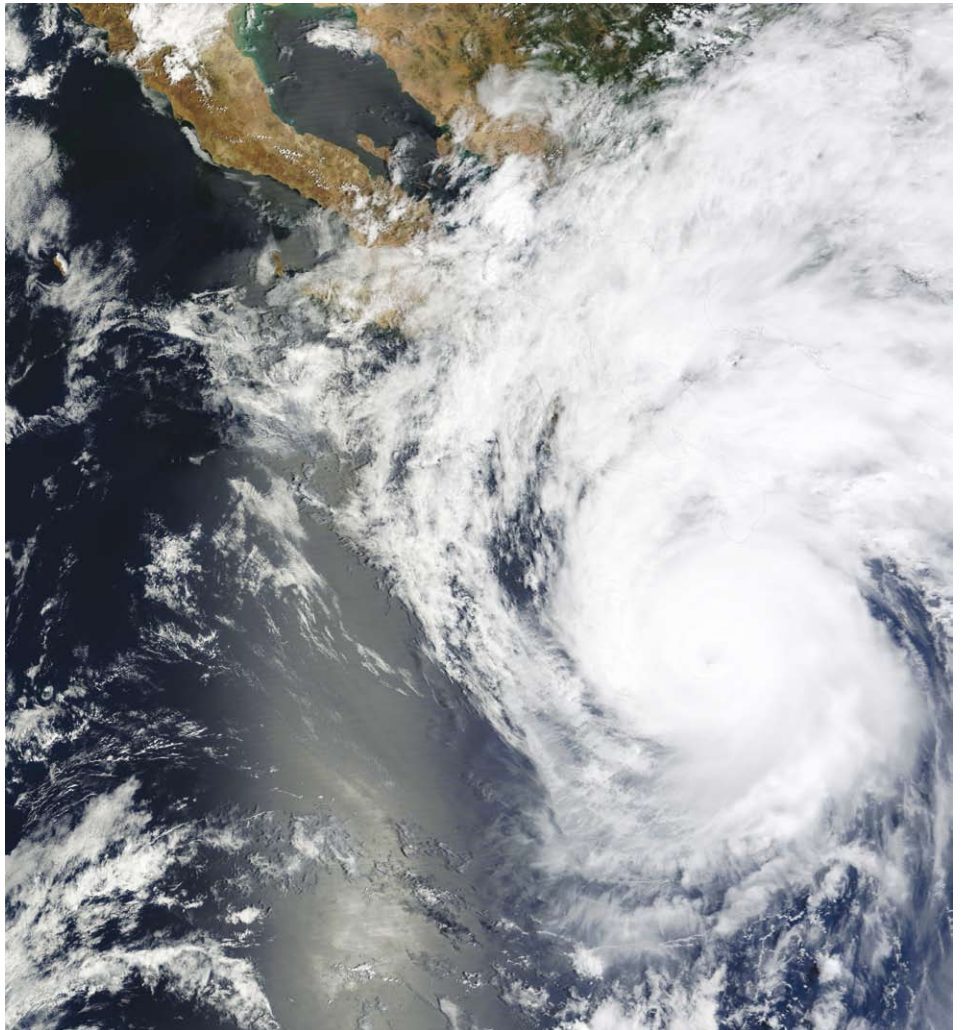
A Deputada europeia do PSD, Maria do Céu Patrão Neves, apresentou o seu Parecer para o Relatório sobre as “Catástrofes Naturais e provocadas pelo homem”.

A Eurodeputada considera que a **“prevenção de catástrofes é indissociável da realização de intervenções;”** e salienta a necessidade de estabelecer legislação e orientações pormenorizadas com normas mínimas, que reflectam uma abordagem holística, tendo em vista uma **“política europeia mais eficaz em matéria de gestão de catástrofes.”**

Patrão Neves, considera que a Comunicação da Comissão nesta matéria aborda de **“forma insuficiente os problemas do sector agrícola”**; a Deputada entende que a prevenção de catástrofes baseada no conhecimento é essencial; realça a necessidade de se criar uma base de dados de registos de impactos económicos e sociais das catástrofes, na perspectiva de uma monitorização eficaz, incluindo o levantamento de zonas de maior risco, bem como a necessidade de formular medidas adequadas à natureza específica dos principais riscos em cada região.

Patrão Neves subscreve o estabelecimento de uma ligação entre os actores e as políticas através do **“ciclo de gestão de catástrofes”**, pois reconhece os benefícios de **“uma força de reacção rápida susceptível de reforçar a coordenação e a solidariedade entre os Estados-Membros;”** apoia a iniciativa de se criar um grupo de partes interessadas e apela à inclusão de representantes do sector agrícola no mecanismo proposto para a gestão de crises, designadamente, para que o princípio da multifuncionalidade se torne uma realidade.


A Deputada considera que a produção agrícola e silvícola é vulnerável a fenómenos climáticos tais como as secas, as tempestades, a geada e o granizo, bem como a incêndios florestais e cheias, a riscos para a saúde tais como as pragas e as epidemias, e a efeitos das actividades humanas como a poluição, a chuva ácida e a contaminação genética involuntária, a aluimentos de terras causados por



problemas relacionados com o planeamento urbano, a incêndios florestais resultantes da falta de manutenção das florestas e de comportamentos criminosos, e à contaminação dos rios causada pelas descargas de efluentes químicos das unidades fabris.

No seu parecer, **Patrão Neves** recorda que as catástrofes naturais ou provocadas pelo homem **“põem em risco a viabilidade económica das explorações agrícolas e conduzem ao despovoamento das zonas rurais, intensificam a erosão e a desertificação, danificam os ecossistemas, têm efeitos adversos na biodiversidade e afectam gravemente a qualidade de vida das populações que permanecem nas zonas rurais; crê que as consequências são mais graves nas**

zonas com desvantagens naturais e sem possibilidades de diversificação económica, onde a agricultura é o principal, ou o único, sector de actividade económica.”

A terminar, a Deputada portuguesa solicita que **“o âmbito do Fundo de solidariedade da União Europeia seja alargado** de modo a incluir a definição de “catástrofe” como um evento destrutivo de grandes proporções causador de graves prejuízos à população e ao ambiente, incluindo catástrofes de evolução lenta, tais como as secas; nestes casos, a adopção de medidas de emergência impondo o racionamento de água pela administração central ou regional deverá desencadear acções por parte do Fundo Social Europeu.” 

José Manuel Fernandes pede à Comissão Europeia

novos mecanismos de monitorização do défice de cada Estado



"Espera-se que os Comissários europeus sejam factor de estabilidade e produzam declarações rigorosas e fundamentadas, ao contrário do que aconteceu com declarações recentes do Comissário Joaquín Almunia"

"Não podemos aceitar desvios de última hora do défice, tal como tem acontecido, um engano de 2000 milhões de euros é inaceitável" José Manuel Fernandes.

O Deputado europeu do PSD, José Manuel Fernandes, na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, reprovou as declarações do Comissário Joaquín Almunia sobre a situação económica de Portugal e Espanha, e recomendou que as instituições da União Europeia **implementem novos mecanismos de monitorização da evolução do défice das contas públicas dos Estados-Membros**.

No âmbito do debate no Parlamento Europeu com o Conselho e a Comissão sobre a situação dos países da zona euro em dificuldades e as repercussões sociais da crise financeira, o eurodeputado do PSD afirmou que Joaquín Almunia **"demonstrou falta de prudência e contribuiu para perdas nas bolsas e desconfiança nos investidores internacionais em relação a Portugal e Espanha"**.

"Espera-se que os Comissários europeus sejam factor de estabilidade e produzam declarações rigorosas e fundamentadas, ao contrário do que aconteceu com declarações recentes do Comissário Joaquín Almunia", explicou **José Manuel Fernandes**, referindo-se à intervenção de Almunia em que comparou a situação de Portugal à crise da Grécia.



José Manuel Fernandes – membro efectivo da comissão de orçamentos do PE – defendeu **"que se concretize um sistema de monitorização do valor do défice de cada Estado Membro, de modo a que a se definam rapidamente medidas de correcção, evitando-se eventuais situações irreversíveis"**.

Em seu entender, **"este sistema deve funcionar praticamente em tempo real"**. O objectivo é **"imprimir nova força às propostas de supervisão e implementar uma estratégia de coordenação económica reforçada"**, indo de encontro às pretensões do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

O eurodeputado José Manuel Fernandes sustenta ainda que **"é importante que se clarifique a fórmula de cálculo do défice dos Estados Membros, de modo a que se evitem situações de maquilhagem de contas públicas e se evitem as recorrentes técnicas de desorçamentação, com o objectivo de se camuflar o valor do défice"**.

Esta proposta visa resolver o problema de Estados-Membros que, **"por incompetência ou propositadamente, se enganaram nos seus défices"**; na sequência de um período em que os países agravaram os défices das contas públicas por força de **"planos de recuperação, estímulos e incentivos à economia, para fazer face à crise"**.

UE/Ucrânia: Mário David defende entrada da Ucrânia na União Europeia

O Deputado europeu do PSD e Vice-Presidente do PPE, **Mário David** participou no debate que teve lugar no Parlamento Europeu sobre a situação na Ucrânia.

Na sua intervenção, o Deputado europeu lembrou que **“cinco anos depois da Revolução Laranja, os Ucrânios parecem olhar para este período como o de uma oportunidade perdida. E a culpa não é só das suas elites políticas.”**

“É certo que estas se consumiram demasiado em guerras de poder e influência internas. Que muitas reformas ficaram por cumprir, muitas não passaram do papel.”

Para **Mário David**, é inconcebível em qualquer democracia que **“as leis eleitorais sejam alteradas entre as duas voltas de uma eleição! Não dignifica quem as propôs, quem as votou, nem quem as promulgou! E traduz**



as intenções pouco louváveis e recomendáveis na sua gênese!”

E, segundo **Mário David**, muito há que mudar sobre **“a falta de independência do sistema judicial, sujeito a demasiada influência não só do poder político como dos agentes económicos. Sem uma justiça livre e independente não há Estado de Direito, os Direitos Humanos não estão garantidos, não há investimento estrangeiro, não há progresso.”**

Mas, na opinião do Deputado Mário David, a culpa desse desencantamento também assenta muito **“neste Parlamento (europeu) e, essencialmente, em muitos Estados Membros.”**

De seguida fez um exercício e pediu aos colegas que, por uns segundos, se colocassem **“na pele de um cidadão de um país europeu que, por vicissitudes da história, ainda não é membro da União Europeia. Que esperaríamos da União? Numa palavra: solidariedade!”** A terminar, **Mário David** afirmou ainda que **“muitas Chancelarias, com a exclusiva preocupação de não incomodar e desagradar a Moscovo, usaram e abusaram das permanentes lutas intestinas em Kiev para evitar afirmar, de forma inequívoca, que a Ucrânia é um país independente e soberano. Como tal, se for essa a vontade maioritária livremente expressa pelo seu povo, e desde que cumpram os critérios estabelecidos, a Ucrânia poderá aspirar a ser, no futuro, membro da União Europeia.”**

Carlos Coelho é um dos “Deputados 112” número de emergência europeu



O 112, número único de chamada de emergência europeu, apareceu em 1991 no contexto do mercado único de livre circulação de pessoas com o objectivo de garantir um acesso único a serviços de emergência em toda a União.

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou desde início esta iniciativa e é o único Deputado português que integra a Plataforma **“MEP 112 Champions”** em que os Deputados se comprometem a apoiar e promover a utilização eficiente número europeu de emergência 112 no seu país.

Segundo Carlos Coelho, **“Na sequência do expressivo apoio do Parlamento Europeu à**

criação, divulgação e implementação do 112, é agora absolutamente necessário que a Comissão e os Estados Membros se comprometam com os mesmos objectivos.”

“Temos de coordenar os nossos esforços para assegurar que as chamadas para o 112 são localizadas e respondidas nas diversas línguas e que os serviços de emergência cheguem a tempo ao local do pedido de socorro. Aguardo com expectativa as propostas da Comissão nesta matéria”, afirmou o Eurodeputado **Carlos Coelho**.

Em alguns Estados-Membros os serviços de emergência estão já preparados para localizar e responder a chamadas para o 112 em

várias línguas, outros ainda não implementaram o sistema de localização e de resposta multilingues.

Carlos Coelho salienta ainda que apenas **“2 em cada 5 europeus conhecem o número 112”** pelo que é preciso ainda **“um maior esforço de divulgação.”**

“Año após ano, é necessário assinalar esta data e divulgar junto dos cidadãos europeus o número 112” afirmou o Deputado do PSD.

Veja quem integra esta iniciativa em www.eena.org/view/en/EENAnetworks/MEPs_112_Champions.html.


Eurodeputada do PSD pressiona Ministro das Pescas para apressar troca de quotas de pesca com a Grécia

A Deputada Europeia do PSD, **Maria do Céu Patrão Neves** alertou o Governo, através de carta enviada ao Ministro das Pescas português, para a necessidade de se acelerarem as negociações bilaterais entre Portugal e a Grécia, relativamente à permuta de cota de bacalhau e atum entre os dois Estados, antes que a vizinha Espanha se antecipe e prejudique a negociação portuguesa.

Patrão Neves explicou que *“desde 2008 que Portugal permuta a totalidade ou parte da sua quota de atum rabilho com a Grécia, recebendo, a título de compensação, a quota de bacalhau daquele País na ZEE norueguesa, atribuída nas mesmas condições da quota portuguesa desse recurso.”*

A eurodeputada referiu que *“esta permuta resulta do facto da frota nacional utilizar, de forma muito marginal, a cota de atum que lhe é atribuída em razão de históricos passados, o mesmo acontecendo com a Grécia relativamente à cota de bacalhau de que dispõe. Esta prática acaba por ser benéfica para os dois Estados, que assim fazem um reajuste das suas necessidades, com benefícios recíprocos.”*

Apesar de considerar *“este sistema um pouco aberrante, dado que se assumem para os Estados Membros cotas de pesca que já não correspondem às realidades das frotas dos mesmos”*, Patrão Neves considera que *“o Governo português deverá continuar a zelar pelo interesse nacional, jogando com as actuais regras do jogo.”*

Patrão Neves teme que *“a vizinha Espanha, que está a braços com um processo de redimensionamento da sua frota direccionada para a captura de atum-rabilho se possa antecipar a Portugal na cedência de parte da sua quota de atum à Grécia, para procurar obter o bacalhau que esse Estado-Membro nos tem cedido.”* Por isso, Patrão Neves sublinhou a necessidade de *“se agir o mais rapidamente possível para acautelar os superiores interesses nacionais nesta matéria.”* 

Carlos Coelho questiona atrasos no encerramento de Guantanamo



O Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho**, que presidiu à Comissão do Parlamento Europeu que investigou os voos da CIA na Europa, participou no debate que teve lugar em Estrasburgo sobre atrasos no encerramento de Guantanamo.

“Guantanamo foi um dos maiores erros da Administração Bush” começou por afirmar Carlos Coelho.

“Violou Convenções Internacionais como a Convenção contra a Tortura e os tratamentos cruéis, desumanos e degradantes e a Convenção contra os desaparecimentos forçados. Permitiu o arbítrio, o desrespeito dos Direitos do Homem, a prisão de inocentes e a prática da tortura” afirmou o Deputado.

Na sua opinião, o Presidente Obama *“teve toda a razão quando afirmou que era essencial encerrar Guantanamo para devolver aos EUA a autoridade moral”* que perderam com a utilização de instrumentos extra-judiciais na luta contra o terrorismo.

Carlos Coelho destacou *“a determinação de Obama que, logo no primeiro dia na Casa Branca, honrou a sua palavra suspendendo os processos nos tribunais militares, tomando uma posição clara de repúdio pela prática de tortura e adoptando os primeiros passos para, no prazo de um ano, fechar a base de Guantanamo. A sua tarefa não tem sido fácil especialmente face à falta de cooperação por parte do Congresso Americano.”*

Num Parlamento Europeu sempre muito dividido sobre a estratégia transatlântica foi obtido um *“consenso alargado contra a prisão da vergonha”*.

Num Conselho profundamente dividido por causa da guerra do Iraque foi possível, por *“unanimidade entre todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros pedir o encerramento de Guantanamo.”*

“E agora?”, perguntou Carlos Coelho, que de seguida expressou a sua preocupação pelo arrastar da situação na América e questionou o Conselho:

→ *“O que a UE está a fazer para ajudar?”*
→ *“O que a UE pode fazer ainda e não está a fazer e o que impede ou dificulta que o faça?”*

Vários Estados-Membros já aceitaram receber no seu território ex-prisioneiros (ex. França, Portugal, Irlanda, Bélgica, Reino Unido, Itália e Hungria). De acordo com os requisitos definidos pela União Europeia a decisão de receber ou não prisioneiros de Guantanamo é uma decisão exclusiva de cada um dos Estados-Membros, embora o deva ser feito com base numa coordenação europeia (numa Europa sem fronteiras tem que existir uma informação partilhada entre os Estados-Membros, bem como a imposição de restrições de movimento) e em que os EUA têm que fazer prova que essas pessoas não podem ficar no seu território, especialmente se são inocentes. 

Maria da Graça Carvalho, co-autora da resolução conjunta do PE

sobre os resultados da Cimeira de Copenhaga

Tendo em conta que as negociações que deviam ter sido concluídas em Copenhaga em Dezembro de 2009, se reduziram a um acordo “decepcionante” sem prever qualquer acordo juridicamente vinculativo nem objectivos a longo prazo; esta resolução visa definir o caminho que a UE deve seguir no combate às alterações climáticas na próxima Conferência, COP16, que se realizará no México.

Para Maria da Graça Carvalho “A criação de uma **diplomacia interna**, a implementação das medidas internas necessárias para lograr uma **maior eficiência energética** e a priorização da **Investigação, com um maior ênfase nas Novas Tecnologias**, são três aspectos muito importantes para assegurar o sucesso da próxima Conferência no México”.



A eurodeputada considera essencial que a União Europeia **“fale a uma só voz para conservar a liderança e que tenha um negociador único ao mais alto nível que reforce a posição comum. Também é necessária a criação de clima diplomático na UE que fortaleça as alianças com outros países poderosos”**. Afirma ainda que a UE **“deve investir mais na Investigação de Tecnologias Novas e Avançadas, aumentando os investimentos em tecnologias limpas, para fomentar a sua credibilidade e afirmar a sua liderança”**.

Esta resolução será enviada ao Conselho, à Comissão, aos Governos e Parlamentos dos Estados-Membros, bem como ao secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, com pedido de distribuição a todas as Partes Contratantes que não pertençam à União Europeia.

Carlos Coelho defendeu apoio inequívoco ao Haiti

Carlos Coelho foi um dos redactores da Resolução do Parlamento Europeu sobre o apoio ao Haiti na sequência do terrível terramoto de 12 de Janeiro.

O Deputado português começou por **“dar uma palavra de agradecimento aos profissionais da UE cujo trabalho desenvolvido, de imediato (através do Monitoring and Information Centre) contribuiu para salvar vidas e atenuar necessidades urgentes no terreno (saúde, higiene, vestuário, etc) provando assim que o investimento exigido pelo PE, ao longo destes anos, tem os seus efeitos práticos positivos.”**

Carlos Coelho defendeu porém que **“tal como no pós-tsunami asiático, é necessário tirar lições do sucedido”** e defendeu **“que a Comissão Europeia deve apresentar**

o mais rapidamente possível, no seguimento do Relatório Barnier de 2006, medidas legislativas de criação de uma Força de Protecção Civil da UE, única, independente e permanente, capaz de realizar missões de salvamento bem como garantir uma abordagem integrada da assistência, reabilitação e desenvolvimento.”

A resolução do PE considera que **“a UE deve dar agora prioridade ao auxílio aos esforços de reconstrução e à melhoria da situação humanitária, dando ênfase especial aos grupos vulneráveis, em particular as mulheres e as crianças, e dando abrigo, assistência médica, apoio logístico e comida e exorta os Estados-Membros a estarem preparados para satisfazerem os pedidos da ONU de mais assistência.”**

Os Deputados sublinharam também **“que**

as crianças não acompanhadas e separadas devem, tão depressa quanto possível, dispor de serviços destinados a promover o reagrupamento com os pais e dos usuais serviços de apoio à infância, exortam a UE e a comunidade internacional a avaliar a necessidade de um plano coordenado para lidar com os milhares de crianças órfãs causadas pelo terramoto, salienta o risco grave de ocorrência de incidentes relacionados com o tráfico de seres humanos e Insta a UE a apoiar uma moratória temporária sobre novas adopções de crianças do Haiti até dois anos depois de os esforços de busca se terem iniciado.” A UE deve **“envidar todos os seus esforços para proporcionar às crianças a satisfação das suas necessidades básicas e para pôr em funcionamento escolas temporárias, prestando-lhes aconselhamento com carácter de urgência”**, dizem os eurodeputados.

Líderes da Igreja Católica Portuguesa visitam as Instituições Europeias

a convite do Eurodeputado Mário David

Em Fevereiro, uma **delegação representativa da Igreja Católica** em Portugal, encabeçada por **Sua Excelência Reverendíssima, Senhor D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa**, com Bispos de várias Dioceses e líderes de organizações ligadas à Igreja Católica em diversas áreas, **visitaram as Instituições Europeias**, a convite do Deputado ao Parlamento Europeu do PSD **Mário David**.

Os mais altos responsáveis da Igreja Católica em Portugal assistiram a uma sessão plenária do Parlamento Europeu, reuniram em privado com **Jerzy Buzek, Presidente do Parlamento Europeu**, e **Joseph Daul, Presidente do Grupo Parlamentar do PPE** e participaram numa sessão com os **Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu**. Um encontro com o **Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso** fez parte da agenda.

Mário David, salientou que a **"Igreja Católica em Portugal e os seus mais altos responsáveis, pelo papel particularmente relevante que desempenham na vida do nosso País, devem ser parceiros ouvidos e activos no processo de construção Europeia"** e que **"Portugal, que todos defendemos deve ser um Estado laico, não pode negar que a larguíssima maioria da sua população é Católica, e portanto o diálogo com a Igreja é essencial e deve ser cada vez mais aprofundado"**.

Mário David lembrou mesmo que **"o Partido Popular Europeu (de que é**



Vice-Presidente) **organiza e promove activamente encontros com os mais altos responsáveis das diversas Igrejas Cristãs, sobre temas tão variados como a Construção Europeia, a Sociedade de Valores ou o Ecumenismo"**.

Num **ano particularmente importante para a Igreja em Portugal**, com a **visita de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, Mário David** espera **"que lançando mais esta ponte de diálogo e abertura, e conscientes das diferentes responsabilidades de cada um, líderes políticos e religiosos possam dialogar e constatar que juntos podem contribuir para uma sociedade melhor"**.

Carlos Coelho expressa dúvidas sobre os *body scanners*

Carlos Coelho participou, em Estrasburgo, no debate sobre a **segurança nos aeroportos e os body scanners**, onde participou pela primeira vez a nova Comissária Cecilia Malmström.

O Deputado português afirmou que **"todos concordamos que é necessário proteger as pessoas e bens e assegurar a segurança nos meios de transporte mas há inquietações legítimas relativamente aos body scanners."**

Carlos Coelho exigiu que a Comissão Europeia remeta ao Parlamento Europeu 3 estudos em curso logo que concluídos. Estes estudos deverão responder a 3 questões bá-

sicas: **"Primeira, é necessário e eficaz? Segunda: faz ou não mal à saúde? Terceira: viola ou não a privacidade e a dignidade das pessoas?"**

Carlos Coelho condenou o facto de o Reino Unido estar a impedir o acesso dos voos aos passageiros que recusam sujeitar-se aos novos scanners; **"Há também outras inquietações. Primeiro foi referido que poderia ser optativo. As pessoas poderiam optar entre submeter-se aos scanners ou ao antigo sistema da revista pessoal. Mas parece que alguns Estados-Membros estão a adoptar o princípio de que 'no check, no fly' ser um sistema obrigatório."** A concluir, o Deputado social-democrata afirmou: **"temos a responsabilidade de encontrar**



soluções que reforcem a segurança sem pôr em causa a dignidade e os direitos das pessoas."



José Manuel Fernandes quer desviar bio-resíduos

dos aterros e promover reutilização para compostagem e energia

Relator do Parlamento Europeu para o dossiê sobre a gestão de resíduos biológicos na União Europeia, o eurodeputado José Manuel Fernandes participou na Conferência Internacional 'Reciclagem de Bio-resíduos' que a presidência espanhola da União Europeia organizou em Barcelona.

O eurodeputado português, eleito pelo PSD, explicou as iniciativas legislativas que a União Europeia deve promover no âmbito dos resíduos biológicos, frisando desde já que é **"urgente incentivar o desvio dos bio-resíduos dos aterros"**. Em seu entender, os bio-resíduos devem ser utilizados para composto de alta qualidade e criação de bio-energia.

"O potencial dos bio-resíduos não pode ser desperdiçado", desafiou José Manuel Fernandes, frisando o seu importante papel no combate às alterações climáticas.

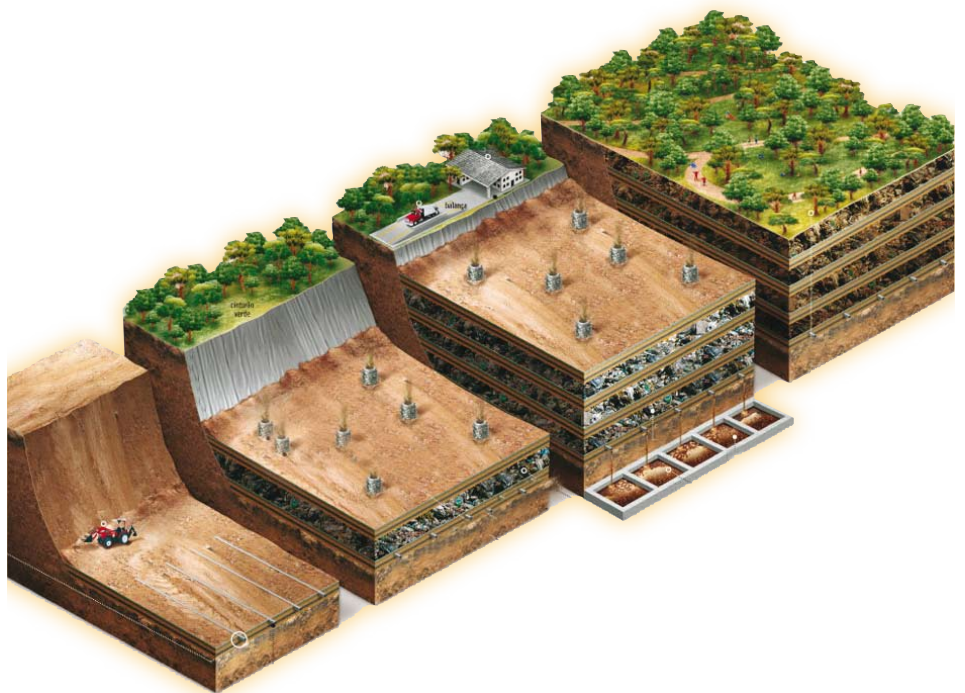
Destacou que **"a digestão anaeróbia – tratamento recomendado para bio-resíduos húmidos – produz bio-gás em reactores controlados que pode ser utilizado para geração de electricidade, aquecimento ou bio-combustível para automóveis"**.

Por outro lado, a degradação dos solos é um problema grave na União Europeia, com impactos directos na qualidade da água e do ar, na biodiversidade e no clima, com efeitos na saúde dos cidadãos e na segurança dos alimentos.

"Ora, os bio-resíduos podem assumir um papel fundamental na recuperação dos solos, se forem aproveitados para compostagem, que é a opção de tratamento mais adequada para resíduos verdes e tem a vantagem de poder ser utilizada como fertilizante de solos", explicou.

Produção de resíduos.

O eurodeputado elencou a quantidade enorme de resíduos que é gerada e que se pode valorizar. Estima-se que a quantidade de bio-resíduos gerada anualmente na UE é de entre 76,5 e 102 milhões de toneladas de



resíduos alimentares e de jardim e de 37 milhões de toneladas de resíduos da indústria alimentar e das bebidas.

Os resíduos apresentam-se como a quarta fonte de gases com efeito de estufa na União Europeia, logo a seguir aos sectores da energia, da indústria e da agricultura. Segundo dados estatísticos de 2004, um total de 109 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa foram libertados no sector dos resíduos.

Aqui, a principal fonte de emissões é a deposição em aterro. Apesar de ser a pior opção, a deposição em aterro é a mais usada como método de eliminação e é também a mais barata. O principal gás que resulta dos aterros é o metano, que, se não for captado, é 23 vezes mais potente que o dióxido de carbono em termos de efeitos nas alterações climáticas.


Necessidade de legislação comunitária

Claramente a favor da necessidade de legislação comunitária, José Manuel Fernandes

alertou que a actual situação global impõe **"linhas orientadoras gerais para a gestão dos bio-resíduos, assim como a necessidade de assegurar a certeza jurídica e a confiança a longo prazo para investidores públicos e privados"**.

Outra das razões deve-se à necessidade de **"encorajar a recuperação de matéria orgânica dos solos reduzindo o uso de químicos como fertilizantes"**. A recolha selectiva e o desvio dos bio-resíduos dos aterros por parte dos estados-membros são caminhos a seguir.

No âmbito da legislação específica para os bio-resíduos, José Manuel Fernandes defende uma definição clara do que constitui bio-resíduo, assim como de critérios relativos à qualidade do composto. Por outro lado, é importante incentivar **"a geração de energia a partir de bio-resíduos que não apresentem qualidades ou características que permitam ser transformados em composto"**.

O eurodeputado quer ainda estabelecer metas de recolha selectiva e reciclagem e promover a compostagem doméstica. 

Regina Bastos vota contra intromissão do PE em políticas de incentivo ao aborto

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre a **“Luta contra a violência doméstica e licença de paternidade”** que contou com a oposição da Deputada do PSD, **Regina Bastos**.

No seu relatório sobre a Igualdade entre homens e mulheres na UE - 2009, a Comissão Europeia salienta que a conciliação da vida familiar e profissional, a segregação profissional e sectorial, as diferenças salariais e a baixa taxa de emprego feminino constituem as principais disparidades entre os dois sexos.

Regina Bastos realça que estas disparidades entre homens e mulheres são particularmente **“exacerbadas no contexto da actual crise económica, financeira e social.”**

No entanto, a Deputada europeia do PSD votou contra o relatório proposto pelo Eurodeputado Tarabella por considerar que foi **“desvirtuado com introdução de questões como o acesso ao aborto e o acesso gratuito a consultas sobre aborto que são temas muito sensíveis e, de acordo com o princípio da subsidiariedade, constitui matéria da exclusiva competência dos Estados-Membros.”**



Caso SWIFT: PE “chumba” acordo entre UE e Estados Unidos sobre partilha de dados bancários

O Parlamento Europeu “chumbou” o acordo estabelecido entre a União Europeia e os Estados Unidos da América para a partilha de dados bancários das empresas e cidadãos europeus.

Carlos Coelho votou contra este acordo porque os seus termos **“não estão alinhados com as leis europeias.”**

“Não é aceitável que a polícia em Portugal só possa aceder aos dados bancários de uma pessoa com mandado judicial e que milhões de dados possam ser enviados para serem conhecidos e analisados pelas polícias americanas sem controlo judicial.”

O Deputado **Carlos Coelho** defendeu a necessidade da **“cooperação transatlântica no combate ao crime internacional e, designadamente, ao terrorismo.”** Mas sublinhou que essa cooperação deve ser estabelecida na base da **“lealdade mútua e do respeito pelos princípios da reciprocidade, da proporcionalidade e no respeito pelos direitos dos cidadãos.”**

Carlos Coelho condenou de seguida **“a**



forma como o Conselho se comportou face ao Parlamento Europeu, sonhando informação e colocando-o perante um facto consumado. É essencial que isso não se repita no futuro e que o Tratado de Lisboa seja cumprido com rigor.”

Aprovar um Acordo mal negociado não significa, segundo Carlos Coelho, apenas **“ter um mau acordo por 9 meses. Significa ter uma deficiente base de partida para a negociação**

do acordo de longo prazo e permitir a transferência de milhões de dados com prazos de retenção de diversos anos. Incentivo o Conselho e a Comissão a negociarem um melhor Acordo respeitando as Resoluções do Parlamento Europeu.”

Para saber mais sobre o “não” veja em www.carloscoelho.eu/naoswift, para saber mais sobre o swift: www.carloscoelho.eu/faqswift.

Carlos Coelho interrogou a Comissão Europeia

sobre as ligações ferroviárias com Espanha



O Deputado social-democrata recordou que antes da renovação da linha Guarda-Salamanca, subsidiada com dinheiros comunitários, existiam 6 ligações diárias em cada sentido, em que as velocidades médias permitidas pela via rondavam os 40 km/h. Actualmente, existe apenas uma ligação por dia em cada sentido, ambas efectuadas a meio da noite.

Esta linha, numa extensão de 172 km foi, tanto do lado espanhol, como do português, objecto de uma renovação integral na década de 90, financiada na sua maior parte por fundos comunitários. A via renovada permite agora alcançar velocidades de 140 km/h e médias comerciais de cerca de 100km/h, se exceptuarmos a longa paragem na fronteira (22 minutos num sentido e 25 no outro).

Recorde-se que a Espanha está ligada por via ferroviária a Portugal através de 4 linhas: Viana do Castelo - Vigo (2 ligações diárias/ velocidade média de 41

Km/h), Castelo de Vide - Cáceres (1 ligação diária/ 32km/h), Elvas - Badajoz (1 ligação diária / 25km/h) e por fim Guarda - Salamanca.

Carlos Coelho perguntou à Comissão: "Será que os investimentos comunitários serviram o seu objectivo, tendo em conta que a via depois de renovada limitou significativamente a circulação de passageiros? Em que medida é que esta situação se coaduna com o artigo 170 do TFUE (relativo à criação de redes transeuropeias, que deverão contribuir para que os cidadãos da União possam beneficiar plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas)?" e questionou ainda sobre se "os elevados tempos de paragem nas fronteiras (sem razão técnica aparente) não colidem com o espírito subjacente ao nº 1 do Artigo 45 (relativo à livre circulação de trabalhadores) e ao nº 1 (a) (e) do Artigo 77 do TFUE (relativo à livre circulação de pessoas e ausência de quaisquer controlos na passagem das fronteiras internas)".

PE aprova Relatório com propostas de Nuno Teixeira

que evitaram que Portugal fosse excluído de nova possibilidade de utilização do FEDER

O Eurodeputado do PSD contribuiu para que os **antigos Estados-Membros pudessem utilizar este fundo em intervenções no sector da habitação** em benefício de comunidades desfavorecidas.

Actualmente, as ajudas comunitárias no âmbito do FEDER podem apenas ser alocadas a projectos de desenvolvimento urbano e na forma de renovação de casas já existentes. Com a **nova proposta aprovada** em plenário do Parlamento Europeu, a **utilização deste fundo no sector habitacional passa a ser possível em áreas rurais**, na substituição de casas de muito baixa qualidade e na reconversão de uso de edifícios públicos para habitação social.

O conjunto de alterações propostas por **Nuno Teixeira**, em conjunto com outros deputados, garantiram que os **antigos Estados-Membros**, e não apenas os que **aderiram à União após 2004** tal como previa a proposta inicial da Comissão Europeia, **possam beneficiar desta nova possibilidade**.

Na sua intervenção em plenário o eurodeputado frisou que com as suas modificações tentou que "não se abrisse um precedente, que considero perigoso, e que excluiria os antigos Estados-Membros, nomeadamente Portugal, desta, e possivelmente de outras, utilizações adicionais das ajudas comunitárias" tendo acrescentado que "não fazia sentido excluir Portugal já que os problemas de carácter habitacional, sobretudo entre comunidades marginalizadas, existem tanto nos chamados novos como nos antigos Estados-Membros".

Nuno Teixeira reiterou que a divisão entre novos e antigos Estados-Membros deve ser descontinuada e que "a política de coesão pós 2013 deve basear-se na solidariedade visando a coesão territorial, crucial para as regiões ultraperiféricas como é o caso da Madeira" e que deve "premiar, em vez de castigar, aquelas regiões que se têm mostrado exemplares na utilização das ajudas comunitárias".

Nuno Teixeira defende que as regiões ultraperiféricas

que se mostraram exemplares na utilização dos fundos comunitários merecem ser premiadas


O Eurodeputado do PSD convidou a Comissão Europeia a rever o actual modelo de financiamento comunitário às regiões ultraperiféricas, nomeadamente à Madeira.

Em questão escrita enviada a esta instituição, **Nuno Teixeira** considera que o **actual modelo de financiamento comunitário comporta um “aparente paradoxo”,** uma vez que as regiões que conseguiram evoluir e progredir (como a Região Autónoma da Madeira) **são “premiadas” com o consequente corte de fundos e as regiões que não o conseguiram mantêm constantes os seus níveis de ajudas comunitárias.**

A Madeira – bem como as Ilhas Canárias – deixou de ser elegível ao abrigo do objectivo Convergência dos Fundos Estruturais (ex-objectivo 1), tendo passado no actual período de financiamento a um enquadramento especial de “phasing in” no objectivo Competitividade Regional e Emprego.

Segundo **Nuno Teixeira**, *“a alteração do posicionamento destas regiões ultraperiféricas foi feita exclusivamente em função da evolução atingida no valor do seu Produto Interno Bruto, cujo aumento foi também induzido por via dos apoios comunitários”.*

O eurodeputado madeirense relembra que *“as regiões ultraperiféricas têm uma situação económica e social estrutural agravada por características de carácter perene, enfrentando dificuldades constantes que por isso exigem ajudas permanentes”.* O indicador que serviu de base à alteração do posicionamento da Madeira foi *“apenas e só”* o critério do PIB.

Neste contexto, Nuno Teixeira instou a Comissão a apresentar qual o montante das verbas atribuídas às regiões ultraperiféricas portuguesas da Madeira e dos Açores e à região espanhola das Ilhas Canárias nos últimos três períodos de financiamento (1994-1999, 2000-20006 e 2007-2013) e qual a evolução do PIB das mesmas regiões durante esses períodos. 

José Manuel Fernandes defende mais investimento na segurança dos pescadores

Face ao número elevado de pescadores que morrem no mar e queixas relativamente aos riscos agravados pelas más condições de operacionalidade no sector, o deputado europeu José Manuel Fernandes interpelou a Comissão Europeia sobre medidas a tomar para superar os problemas de insegurança na actividade piscatória.

“É crucial o investimento na prevenção, o que passa por mecanismos de apoio à modernização de embarcações e equipamentos e pela promoção da investigação, de modo a que se encontrem instrumentos eficazes de segurança”, reclamou o eurodeputado do PSD em pergunta prioritária à comissão, indo assim ao encontro das propostas também preconizadas por profissionais e associações do sector.

Em causa está a importância de assegurar aos pescadores equipamentos mais adequados às suas necessidades e às contingências do seu trabalho. Refira-se que alguns têm confessado que acabam por não usar os coletes salva-vidas devido às dificuldades que estes colocam ao seu trabalho. É ainda importante assegurar as melhores condições técnicas de utilização para equipamentos de salvamento e comunicações.

Nesse sentido, José Manuel Fernandes pergunta à Comissão Europeia *“que programas comunitários é que podem ser utilizados para reforçar a segurança dos pescadores no mar”,* assim como *“qual a taxa de execução destes programas no caso de Portugal”.*

O eurodeputado português quer ainda saber que programas comunitários é que podem ser utilizados para os investimentos necessários para o desassoreamento das barras e para a resolução de problemas de assoreamento mal planeado, que constituem muitas vezes *“um perigo mortal”.*


Os riscos dos homens do mar são ainda agravados pela actual crise económica, conforme alerta José Manuel Fernandes. Em seu entender, *“os pescadores*



predispõem-se a arriscar ainda mais a vida”, pelo que *“deviam existir mecanismos de apoio directos para os pescadores, e nomeadamente para os que se dedicam à pesca artesanal, sempre que as condições meteorológicas adversas se prolongarem”.*

Segundo números da ONU citados por José Manuel Fernandes, morrem por ano mais de 24 mil pescadores no mundo inteiro, sendo que uma percentagem considerável de acidentes mortais no mar ocorre na UE. Só este ano, em Portugal, já morreram 13 pescadores.

O problema da insegurança e dos riscos no mar tem merecido a preocupação do eurodeputado José Manuel Fernandes, que no Parlamento Europeu tem vindo a defender *“uma carta europeia multi-riscos para a orla costeira, que identifique os riscos das costas e inclua uma vertente de investimento na formação e sensibilização dos pescadores para a sua segurança no mar”.* Estas medidas deverão incluir a obrigação de manutenção de dados sobre os números e as causas de acidentes do mar.

A própria Comissão Europeia já reconheceu a fragmentação da política das costas e a necessidade de uma política integrada de protecção da orla costeira. Por isso, José Manuel Fernandes faz votos para *“que esta ideia avance e possam evitar-se perdas humanas desnecessariamente”.* 

O Parlamento Europeu:



O Deputado Nuno Teixeira propôs o texto que o Parlamento Europeu aprovou.

1. Manifesta o seu mais **profundo pesar** e a sua **solidariedade** para com todas as regiões afectadas, lamenta as consequências económicas graves destas catástrofes naturais e, em particular, apresenta as suas condolências às famílias das vítimas;

2. Presta **homenagem às equipas de busca e salvamento**, que têm trabalhado de forma ininterrupta para salvar pessoas e limitar os danos humanos e materiais;

3. Insta a Comissão e os Estados-Membros a **apoiarem os agentes económicos** afectados pelas consequências económicas e sociais da catástrofe;

4. Considera que as autoridades nacionais, regionais e locais devem concentrar-se em **políticas de prevenção eficazes** e prestar uma maior atenção à criação de legislação e práticas adequadas em matéria de programas de reflorestação, utilização do solo, de gestão da água e de gestão de riscos eficaz, também em matéria de urbanização na orla marítima e construção de diques e ainda nos domínios da agricultura e silvicultura;

5. Exorta a Comissão, assim que os governos das regiões afectadas apresentarem os respectivos pedidos, a iniciar prontamente todas as acções necessárias para **mobilizar o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)** da forma mais urgente e flexível e no montante mais elevado que for possível;

6. Exorta a Comissão a ter em conta o carácter específico das regiões individuais afectadas - em particular, a fragilidade das regiões insulares e periféricas - com o objectivo de **ajudar o melhor possível as vítimas da catástrofe**;

7. Exorta a Comissão a mostrar disponibilidade e flexibilidade para - além de mobilizar o FSUE - negociar com as autoridades competentes a **revisão dos Programas Operacionais Regionais "INTERVIR+" (FEDER) e "RUMOS" (FSE)** e os respectivos correspondentes franceses, bem como a secção relativa à Madeira do Programa Operacional Temático "*Valorização do Território*" financiado pelo Fundo de Coesão; exorta a Comissão a prosseguir esta revisão o mais depressa possível e a analisar igualmente a possibilidade de **aumentar a taxa de co-financiamento comunitário** em 2010 para projectos específicos no âmbito dos respectivos Programas Operacionais, em conformidade com as normas e textos definidos no Regulamento-Geral "Fundos Estruturais" 2007-2013 (Regulamento (CE) n.º 1083/2006), sem pôr


em causa o envelope financeiro anual atribuído aos Estados-Membros neste caso;

8. Reitera que é imperativo elaborar um novo regulamento FSUE, a fim de **enfrentar os problemas** causados pelas catástrofes naturais de **forma mais flexível e eficaz**; critica o Conselho por ter bloqueado este "dossier", apesar de o PE ter aprovado a sua posição por uma maioria esmagadora em primeira leitura, em Maio de 2006; exorta a Presidência espanhola e a Comissão a procurarem, sem demoras, uma solução para reactivar a revisão deste regulamento, com vista a criar um instrumento mais forte e flexível que seja capaz de dar uma resposta eficaz aos novos desafios criados pelas alterações climáticas;

9. Exorta os Estados-Membros e as regiões afectadas a instituírem **planos de reconstrução e reabilitação das áreas afectadas**; exorta os Estados-Membros a examinarem a necessidade de investimentos a longo prazo em políticas destinadas a impedir catástrofes deste género e limitar os danos por estas causados;

10. Exorta os Estados-Membros a adaptarem-se às consequências das alterações climáticas dando seguimento à legislação existente através duma abordagem integrada em todas as áreas envolvidas;

11. Insiste na necessidade de traduzir em medidas concretas as recomendações do Livro Branco da Comissão intitulado "*Adaptação às alterações climáticas*" e de tomar medidas para assegurar que a **adaptação às alterações climáticas** se torna uma realidade no seio da UE;

12. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos governos dos Estados-Membros e ao governo da Região Autónoma da Madeira. 

Os Nossos Deputados:



www.psdeuropa.eu

Paulo Rangel
paulo.rangel@europal.europa.eu

Carlos Coelho
carlos.coelho@europal.europa.eu
www.carloscoelho.eu

Maria da Graça Carvalho
mariadagraça.carvalho@europal.europa.eu
www.gracacarvalho.eu

Mário David
mario.david@europal.europa.eu
www.mariodavid.eu

Nuno Teixeira
nuno.teixeira@europal.europa.eu
www.nunoteixeira.eu

Maria do Céu Patrão Neves
mariadoceu.patraoneves@europal.europa.eu
www.patraoneves.eu

Regina Bastos
regina.bastos@europal.europa.eu
www.reginabastos.eu

José Manuel Fernandes
josemanuel.fernandes@europal.europa.eu
www.josemanuel.fernandes.eu